PROCESSO CEE Nº 2282/78
 INTERESSADO: ESCOLA DE 1º e 2º Graus de PALMITAL - SP
 ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DE VIDA ESCOLAR DE SUELY MARTINS
 RELATOR: Cons. Roberto Moreira
 PARECER CEE Nº 745 /79 - CESG - Aprovado em 27 / 06 /79

RELATÓRIO

HISTÓRICO

1. A Profa. Cinira Morante Merenciano, Diretora da Escola de 1º e 2º Graus de Palmital-SP, dirigiu-se ao Senhor Delegado de Ensino de Ourinhos, D.R.E. de Marília, em 28/09/1978 para encaminhar o prontuário da aluna Suely Martins (nascida a 13 de março de 1958), em virtude de solicitação feita pelo Supervisor Pedagógico - Francisco de Mello Dias Noto, conforme termo de visita datado de 06 de setembro de 1978. Tal solicitação prendeu-se ao fato de constatação de irregularidade na vida escolar da referida aluna, pois, diz a Senhora Diretora: "Cumpra-me informar que por um equívoco da Escola, a referida aluna cursou o 2º ano colegial sem a devida idade, sendo que somente no 3º ano foi constatada essa irregularidade, com a aluna já prestos a terminar o referido curso." (fls. 03) Aduziu ainda: " Solicito a V.Sa. a convalidação dos estudos feitos e a anuência sobre a matrícula da aluna Suely Martins, no Curso Técnico em Contabilidade (2º semestre), feita em agosto do corrente ano." (fls. 03)

2. O histórico escolar da aluna mencionada, registrado nas fls. 04, 05 e 06, mostra que:

2.1 - Cursou a 5ª, 6ª, 7ª e 8ª séries do 1º Grau, respectivamente, nos anos de 1971, 1972, 1973 e 1974, na EEPSG "Francisco Duarte", de Ibirarama, DE de Ourinhos, SP.

2.2 - Em 1975, cursou a 1ª série do 2º Grau na mesma Escola.

2.3 - No 2º semestre de 1977, cursou a 2ª série do 2º Grau no Colégio Supletivo Bandeirantes, de Palmital, SP. Às fls. 05 consta a seguinte observação: "Submeteu-se ao processo de Adaptação em Programas de Saúde no 2º semestre de 1977."

2.4 - No 1º semestre de 1978 cursou a 3ª série do 2º Grau no mesmo Colégio Supletivo.

3. Analisando esta situação de vida escolar, a Delegacia do Ensino de Ourinhos invocou como fundamento legal a Deliberação CEE 14/73 e pronunciou-se nos seguintes termos: "A aluna Suely Martins não podia ter sido matriculada no 2º termo do Curso Supletivo, mantido pelo Colégio Supletivo Bandeirantes Ltda., por não contar no documento de matrícula com 19 anos completos. Portanto, a situação é irregular e somos pelo encaminhamento do presente expediente ao CEE, através da D.R.E. de Marília, para as providências necessárias." (fls.08)

4. Este pronunciamento foi corroborado pela divisão Regional de Ensino do Marília (fls. 09 e 10) e pela Coordenadoria de Ensino do Interior (fls. 11 e 12), e por essa razão o processo foi encaminhado a este Conselho, por intermédio do Gabinete do Senhor Secretário da Educação.

APRECIACÃO

A irregularidade na vida escolar de Suely Martins ocorreu em virtude de sua matrícula na 2ª série do 2º Grau do Colégio Supletivo Bandeirantes não atender ao estabelecido nas Deliberações CEE nº 14/73 e nº 31/75.

Assim, a Deliberação CEE nº 14/73, no seu Artigo 9º, § 1º, reza: "Os cursos referidos neste artigo serão destinados a candidatos que preencham os seguintes requisitos:

a. tenham, no mínimo, 19 anos de idade na data do encerramento da matrícula ..."

Por sua voz, a Deliberação CEE nº 31/75, em seu Artigo 2º estabelece: "A idade mínima para matrícula em séries ulteriores à inicial ficará condicionada à prevista para início do curso, e à duração proposta nos respectivos planos".

Consequentemente, na perspectiva estritamente legal, está caracterizada a irregularidade, pois a interessada completou 19 anos de idade em 13 de março de 1977 e iniciou a 2ª série do Curso Supletivo do 2º Grau em agosto do mesmo ano. Contudo, deve ser ressaltado que a defasagem existente entre a idade legal exigida e a idade real da aluna no momento dessa matrícula é pouco significativa, pois não chega a uma diferença de dois meses.

De outra parte, este Conselho, analisando situação particulares, já convalidou atos escolares praticados em condições similares, como aqueles considerados nos Pareceres CEE nº 982/77, 1.102/77, 663/78

e 1.694/78. Todavia, não seria demais transcrever, avaliar e reite-
rar as palavras do nobre Conselheiro José Augusto Dias no Parecor CEE
1.107/77, cujos termos parciais são estes:

As escolas precisam compreender que a regra geral para o
sistema deve ser o ensino regular. O ensino supletivo foi
criado para atendimento de clientela especial que, por mo-
tivos vários, não teve oportunidade de freqüência às esco-
las comuns na época própria. Assim sendo, antes de acei-
tar a matrícula no ensino supletivo, a escola precisa ter
certeza de que o postulante preenche todos os requisitos
previstos na legislação. Este é o espírito das restrições
impostas pela legislação e pelas Deliberações deste Con-
selho.

No entanto, estão se tornando frequentes os casos de ad-
missão no ensino supletivo de alunos que não se enquadram
nas regras estabelecidas para a matrícula. Por esta ra-
zão, impõem-se medidas urgentes e enérgicas no sentido de co-
bir os abusos, sob pena de tumultuar ainda mais o sistema,
com prejuízo ainda maior da qualidade do produto, que mui-
tos já consideram tão precário.

No caso presente, a responsabilidade pela irregularidade
cabe inteiramente à escola, que deve ser advertida."

Após essas observações, convém retomar o ofício da Senhora Dire-
tora da Escola de 1º e 2º Graus de Palmital (fls. 03) no que tange
à solicitação de "anuência sobre a matrícula da aluna Suely Martin
no Curso Técnico em Contabilidade (2º semestre) feita em agosto do
corrente ano "(1978), pois sobre o assunto não se pronunciaram os
órgãos superiores da Secretaria da Educação e faltam-nos dados pa-
ra caracterizar a situação; em consequência, não podemos nos mani-
festar sobre essa questão específica.

CONCLUSÃO

Face ao exposto, voto no sentido de que seja convalidada,
em caráter excepcional, a matrícula de Suely Martins na 2ª série
do Curso Supletivo (Modalidade Suplência) do Colégio Supletivo Ban-
deirantes, de Palmital, SP., no segundo semestre de 1977 e convali-
dados os atos escolares subsequentemente praticados na mesma Escola.
Esta deve ser advertida pelos órgãos próprios da Secretaria do Esta-
do da Educação.

São Paulo, maio de 1979

Cons. Roberto Moreira

- Relator

I I I - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer
o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Eulálio Gruppi, Hilário
Torloni, Jair de Moraes Neves, José Augusto Dias, Lionel Corbeil,
Maria Aparecida Tamasso Garcia e Roberto Moreira.

Sala da CESG, em 30 de maio de 1979

a) Cons. Jair de Moraes Neves
Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade,
a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto
do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 27 de junho de 1979

a) Cons. MOACIR EXPEDITO M. VAZ GUIMARÃES
PRESIDENTE